

EMPRESARIADO E DITADURA NO BRASIL: FONTES, MÉTODOS E HISTORIOGRAFIA**ENTREPRENEURSHIP AND DICTATORSHIP IN BRAZIL: SOURCES, METHODS AND HISTORIOGRAPHY**Pedro Henrique Pedreira Campos¹

Resumo: O texto busca expor e analisar as fontes e o estado da arte das pesquisas sobre a atuação do empresariado durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1988). Abordamos inicialmente as fontes primárias e métodos para as investigações acerca das atividades do empresariado durante a ditadura brasileira, indicando as dificuldades nos estudos nesse campo e as possibilidades disponíveis, presentes em acervos empresariais, de associações corporativas, na imprensa, nas memórias, nos fundos públicos, dentre outros conjuntos documentais. Problematicamos também a produção já realizada e em andamento sobre a temática, apontando os principais trabalhos desenvolvidos, linhas de pesquisa vigentes e grupos de pesquisa que se dedicam ao assunto. Por fim, indicamos como essa agenda de trabalho se desenvolveu bastante nos últimos anos, por influência das atividades da Comissão Nacional da Verdade e de organizações congêneres, porém ainda há muito o que conhecer e avançar nesse terreno.

Palavras-chave: Empresariado. Ditadura civil-militar brasileira. Fontes.

Abstract: The text seeks to expose and analyze the sources and state of the art of research on the performance of the business community during the civil-military dictatorship in Brazil (1964-1988). We initially approach the primary sources and methods for investigating the activities of the business community during the Brazilian dictatorship, indicating the difficulties in studies in this field and the possibilities available, present in business collections, corporate associations, the press, memories, public funds, among other documentary sets. We also problematize the production already carried out and in progress on the theme, pointing out the main works developed, current lines of research and research groups that are dedicated to the subject. Finally, we indicate how this work agenda has developed considerably in recent years, influenced by the activities of the National Truth Commission and similar organizations, but there is still much to know and progress in this area.

Keywords: Entrepreneurship. Brazilian civil-military dictatorship. Sources.

¹ Professor do Departamento de História da UFRRJ. E-mail: phpcampos@yahoo.com.br

Temos assistido no Brasil nos últimos anos a multiplicação das pesquisas e o aprofundamento do conhecimento acerca da atuação do empresariado ao longo do período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1988). Diversos estudos feitos por organizações sociais e, principalmente, no seio da academia têm problematizado a relação dos empresários com o Estado ao longo do regime. A realização da Comissão Nacional da Verdade a partir de 2011, por força da condenação do país na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH-OEA) e a divulgação do seu relatório, no ano de 2014, fizeram com que vários pesquisadores se debruçassem sobre temas relacionados à ditadura. Como o relatório, dentre outros avanços, contemplou o suporte e a presença empresarial no regime, esse tema tem sido visitado por pesquisas de professores universitários e em estudos de mestrado e doutorado. Também ajudaram a formar um ambiente fértil para essa agenda de pesquisas as diversas comissões da verdade realizadas em nível estadual, municipal, setorial, institucional e em diversos âmbitos, como ocorrido recentemente. Além disso, contribuíram para incentivar as investigações nesse campo os numerosos seminários e eventos que tiveram lugar recentemente, em especial por conta dos 40 anos do golpe - em 2004 - e dos 50 anos - em 2014. Com isso, uma quantidade razoável de pesquisas veio à tona problematizando a participação do empresariado no Estado e no pacto político implementado ao longo da ditadura brasileira.

Neste artigo pretendemos, em uma primeira parte do texto, analisar as fontes de pesquisa utilizadas e disponíveis para os estudos acerca do empresariado durante a ditadura brasileira. São abordadas aqui as diversas possibilidades de materiais para realizar investigações sobre esse tema que estão à disposição do pesquisador ou pesquisadora, bem como os métodos empregados nos trabalhos existentes. Em uma segunda parte do texto, tratamos da historiografia acerca da interface entre empresariado e ditadura no Brasil, enfatizando justamente as fontes primárias utilizadas nos estudos realizados. Com isso, tentamos dar conta do estado atual dos estudos nesse ramo e, ao mesmo tempo, apontar para as lacunas historiográficas existentes, bem como os caminhos disponíveis a serem seguidos por novos

investigadores, que ainda têm muito o que desvendar sobre a atuação empresarial no regime de exceção brasileiro.

Fontes de pesquisa nos estudos sobre empresariado e ditadura no Brasil

Apesar do avanço no conhecimento sobre a questão da atuação empresarial na ditadura brasileira, houve uma série de percalços que os pesquisadores dedicados ao tema travaram em seus estudos. Assim, um primeiro obstáculo diz respeito às fontes primárias. Tendo como objeto de estudo a atuação dos empresários, suas organizações e das empresas em meio ao período ditatorial, boa parte dos pesquisadores tentou levantar e trabalhar os documentos produzidos pelos próprios objetos de estudo analisados. No entanto, há uma dificuldade significativa de acesso às fontes produzidas pelas empresas e suas associações no Brasil, em particular no período da ditadura. Boa parte dessas firmas veda o contato de pesquisadores com a documentação que elas produziram. As organizações empresariais também limitam o acesso aos estudiosos, negando-se a disponibilizar seus documentos para a pesquisa acadêmica. Quem tentou fazer pesquisa com os acervos de entidades empresariais naquele período nota uma desconfiança de seus dirigentes ao acesso de pesquisadores universitários aos documentos que eles mantêm.

Alguns poucos pesquisadores conseguiram mecanismos para furar o bloqueio imposto pelo empresariado. Assim, Ary Minella (1988) conseguiu pesquisar os bancos e banqueiros brasileiros durante a ditadura. Ele relata (2019) que, para isso, visitava o sindicato desses empresários vestindo terno e gravata e apresentou uma carta de uma universidade estrangeira aos dirigentes da entidade. No caso, ele desenvolvia uma pesquisa de doutorado na Universidad Nacional Autónoma do México (Unam) e isso permitiu que ele conseguisse driblar a desconfiança dos empresários da associação de bancos. O pesquisador conseguiu até realizar entrevista com alguns desses agentes, conseguindo depoimentos reveladores sobre a participação destes no golpe e na ditadura brasileira.

Um instrumento recente no Brasil e que favoreceu as investigações dos pesquisadores foi a aprovação e promulgação no governo Rousseff da Lei 12.527, de Acesso à Informação, de 2011. A nova regra entrou em vigor no ano seguinte à sua publicação e franqueia livre acesso aos cidadãos sobre informações públicas, inclusive de órgãos registrados no Ministério do Trabalho e que tenham perfil público, como é o caso dos sindicatos patronais e também das associações empresariais. Mesmo com esse novo dispositivo legal, as entidades de empresários têm limitado e imposto obstáculos ao trabalho dos investigadores, dificultando o seu acesso às fontes que produzem.

As limitações impostas ao contato dos pesquisadores com os documentos desses organismos fomentam suspeitas e impressões de que os empresários têm o que esconder a respeito da sua história e atuação no período da ditadura. No entanto, não só em organismos privados os pesquisadores têm encontrado dificuldades de ter acesso aos documentos produzidos. Recentemente, foi publicado no jornal conservador brasileiro O Globo que o historiador da UFRJ, professor Carlos Fico, estava tendo dificuldades para obter as atas do Conselho Monetário Nacional (CMN) durante o período da ditadura, pois o Banco Central (BC) não estava disponibilizando os documentos. Apesar de a lei garantir o acesso, a direção do BC estava negando o contato ao acervo para o historiador. O caso saiu em fevereiro no jornal e o presidente do Banco Central veio a público afirmar que seguia uma lei bancária, mas indicou que liberaria as atas (O GLOBO, 11-12/02/2018). Algumas poucas haviam sido disponibilizadas para a pesquisa do professor, porém com partes do seu texto censuradas e taxadas. É importante ressaltar que o CMN, sob a liderança de Antônio Delfim Netto durante boa parte do regime, foi responsável por operações que à época geraram suspeitas, como a encampação e venda de bancos privados por valores muito questionados e que geraram denúncias de favorecimento naquele período (VIANNA, 1987; GASPARI, 2003).

A maior parte dos pesquisadores têm contornado essas dificuldades impostas pelos empresários e suas organizações mediante uma pesquisa feita a partir de fontes indiretas. Assim, é possível realizar uma reconstrução parcial do objeto de estudo a

partir do trabalho com a imprensa, sobretudo os jornais e revistas técnicas e de cunho econômico (no Brasil há a Gazeta Mercantil, Jornal do Commercio, a revista Exame e revistas setoriais, como o periódico O Empreiteiro e a publicação "Quem é quem na economia brasileira", publicado pela revista Visão). A grande imprensa corporativa também trazia matérias e reportagens sobre as ações e os movimentos dos empresários. Assim, muitas pesquisas que abordam o empresariado no período tratam com edições de jornais como O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Correio da Manhã, Jornal do Brasil, O Globo, Última Hora, dentre outros, além de revistas como Veja, Manchete e O Cruzeiro. Está claro que essas fontes não dão um quadro geral da ação dos empresários no período, até por conta da censura (AQUINO, 1999) e das atividades subterrâneas e não-públicas desses agentes, mas trazem elementos interessantes ao estudo da questão. Dentro do campo da imprensa, é importante chamar a atenção também para algumas matérias e reportagens conduzidas pela chamada "imprensa alternativa", com boas amostras de jornalismo investigativo que denunciaram a atuação empresarial durante a ditadura e irregularidades no período – ver, por exemplo, os livros-reportagens de José Carlos Assis (1983; 1984; 1984A). Alguns periódicos representativos dessa cepa são Movimento, Opinião, O Pasquim, O Sol, dentre outros.

Outra fonte de informação diz respeito às memórias desses empresários. Alguns deles escreveram livros, fizeram entrevistas e publicaram dossiês registrando suas trajetórias, como no caso de Wilson Quintella (2008), alto dirigente da Camargo Corrêa, no caso das empreiteiras. No que diz respeito a esse setor, o mesmo diz respeito às organizações empresariais, como a Associação dos Empreiteiros do Estado do Rio de Janeiro (AEERJ, 2005), o Sindicato da Indústria da Construção Pesada (SINICON, 2009), o Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo (SINICESP, 2008), o Sindicato da Construção Pesada de Minas Gerais (SICEPOT-MG, 2005), dentre outros. Outros segmentos econômicos também possuem memórias e biografias de empresários, bem como memórias técnicas e relatos oficiais sobre a trajetória de determinada entidade ou empresa. É comum verificar a existência de livros comemorativos de efemérides de empresas e organizações empresariais. Apesar

da alta seletividade desses testemunhos, trata-se de uma fonte que pode servir como fonte de uma pesquisa acadêmica, que, obviamente - como todas as outras - deve sofrer um tratamento crítico e ser combinada e contrastada com outras tipologias de fontes. Em geral, elas trazem uma visão oficial, laudatória e selecionada da trajetória das empresas e organizações. Alguns grupos chegam a manter centros de memória e arquivos responsáveis por essas publicações e é comum também a existência de órgãos especializados na confecção dessas memórias técnicas e empresariais e que se especializam na produção de livros para essas empresas, como é o caso do Centro de Memória da Eletricidade, associado à empresa estatal Eletrobrás. É interessante contrapor esse tipo de fonte com outras, mais críticas e que trazem denúncias contra o grupo no período.

É comum também verificar algumas poucas publicações das empresas e associações do período e que estão disponíveis para consulta. Assim, algumas firmas e entidades tiveram revistas, jornais, boletins e informativos que foram publicados no período. No caso específico das empreiteiras de obras públicas, esse era o caso do periódico *Odebrecht Informa* (criado em 1973), *Horizonte*: informativo interno da construtora Mendes Júnior (1974), *Andrade Gutierrez em Revista* (1981), no caso de algumas empresas. Já em relação às organizações empresariais, alguns exemplos de publicações periódicas eram a *Revista do Clube de Engenharia* (1887), o *Informe Sinicon* (1984-1986) e a *Revista Brasileira da Indústria da Construção* (1996), publicada pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção e cuja publicação só teve início após a ditadura, em 1996. Novamente trata-se de uma fonte importante para reconstruir um objeto histórico, porém que deve ser usada com cuidado e senso crítico por parte do historiador, tendo em vista a alta seletividade feita na divulgação de informações por parte desses agentes empresariais.

Mesmo com as dificuldades impostas pelas empresas, há algumas exceções no que diz respeito a acervos e documentações de empresas, empresários e suas associações e que se encontram disponíveis para a consulta dos pesquisadores. Assim, o caso de conjunto documental mais emblemático envolvendo a questão

provavelmente é do acervo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), que se encontra depositado no Arquivo Nacional brasileiro. Trata-se de um acervo de uma organização formada em 1961 e extinta em 1971 e cuja documentação foi depositada no arquivo público. A partir das fontes ali existentes, foi elaborada por René Armand Dreifuss (1981), que pode ser considerada a principal obra sobre o golpe de 1964. No caso, o pesquisador mostrou como o órgão funcionava como um polo de organização do empresariado internacional e associado ao capital externo em parceria com o oficialato militar ligado à Escola Superior de Guerra. Dreifuss mostra na obra como o Ipes teve uma atuação significativa no sentido de desestabilizar o governo João Goulart, organizar o golpe de Estado de 1964 e elaborar projetos de reestruturação do Estado e das políticas públicas para implementação em um governo pós-João Goulart. É conhecida a queixa e desconforto do general Golbery do Couto e Silva - um dos principais articuladores militares do golpe de 1964 e agente próximo dos empresários brasileiros - quando o pesquisador obteve acesso ao acervo do Ipes (GASPARI, 2003). Além da pesquisa de Dreifuss, outros autores também se debruçaram sobre o seu acervo e fizeram com ele suas pesquisas (ASSIS, 2001; BORTONE, 2011; SPOHR, 2016).

Algumas outras poucas entidades empresariais ainda existentes hoje têm uma prática de manter abertos e disponíveis os seus acervos. São raros os casos, mas existem. Isso ocorre, por exemplo, com as associações comerciais, como a de São Paulo (ACSP) e do Rio de Janeiro (ACRJ). Trabalhando a sua documentação, alguns pesquisadores levantaram aspectos interessantes que dizem não só respeito ao empresariado que atua no setor do comércio, mas também da classe dominante brasileira como um todo, já que os empresários que atuam nessas organizações também estão presentes em outras, bem como em outros setores da economia. Assim, Felipe Pereira Loureiro (2019) vem encontrando recentemente uma série de indícios e evidência sobre a dinâmica interna do empresariado da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) a partir dos documentos que vem encontrando na ACSP. A Fiesp esteve envolvida em projetos como a Operação Bandeirantes (Oban), que

financiava o aparato de repressão do regime (MELO, 2012; LITEWSKI, 2009), e também com o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), articulação empresarial-militar que elaborou uma proposta de formação de um complexo industrial-militar brasileiro (LEMOS, 2018).

O Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil Contemporâneo da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) guarda um acervo riquíssimo sobre a história recente do país. A partir de documentação de acervos de tipo individual e institucional, há vários dados sobre o empresariado brasileiro e sua atuação durante o período da ditadura. Dentro do seu vasto conjunto de fontes, merece destaque o fundo Paulo Ayres Filho, do Ipes de São Paulo (Ipes-SP). O acervo que se encontra no Arquivo Nacional reúne basicamente uma documentação das atividades do Ipes no Rio de Janeiro, enquanto as dos outros centros do instituto, em Minas, São Paulo e no Rio Grande do Sul não constam lá. Assim, a FGV guarda parte da documentação da representação paulista do Ipes. Da mesma forma, outros fundos do órgão são bem interessantes para compreender melhor a atuação do empresariado naquele período. Assim, o fundo Paulo Egydio Martins guarda um importante acervo de um empresário e político brasileiro que foi governador do estado de São Paulo entre 1975 e 1979 e que conheceu de perto as entranhas da Operação Bandeirantes, além de ter sido ministro de Estado durante a ditadura.

A alta estrutura militar da ditadura também produziu documentos que podem ser úteis ao estudo do empresariado. Assim, a Escola Superior de Guerra, por exemplo, é uma instituição que apesar de fazer parte da formação acadêmica dos oficiais das forças armadas, aceitava civis em seus cursos, sendo vários destes que frequentavam a entidade empresários. Dessa forma, a instituição figurou como um importante canal no sentido de proporcionar uma aproximação entre militares e empresários durante a ditadura. Algumas pesquisas, como as de Lemos (2018), Vasconcelos (2020) e Santana (2018) utilizaram o acervo documental disponível da ESG e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme) para verificar e analisar essa interface entre empresários e militares antes e durante a ditadura. Recentemente, a jornalista Denise

Assis (2019) teve acesso a documento militar que atesta uma série de facilidades para empresas que atuavam na região amazônica, como a dispensa do serviço militar por parte da sua força de trabalho.

Outro acervo público cujo material pode ajudar a descortinar a atuação do empresariado durante a ditadura, em particular na colaboração com práticas repressivas, diz respeito aos documentos produzidos pelas forças de repressão e polícias estaduais, mantidos por arquivos das federações. Assim, o notório caso da cooperação da Volkswagen com a ditadura foi revelado por uma documentação disponível no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (ApeSP), que recebeu as fichas e relatórios produzidos pela empresa e enviados para o Departamento de Ordem Política e Social (Deops), a polícia política do estado de São Paulo. O caso foi trabalhado na pesquisa de Silva (2018) e no documentário produzido por Dodt e Aders (2017). De forma similar, foi a partir da consulta de documentos produzidos pelo Arquivo Público Mineiro (APM), combinado com outras fontes, que a equipe de jornalistas do portal *The Intercept* (2019) descobriu o envolvimento da montadora de veículos Fiat com o aparato de repressão da ditadura. No caso, a empresa produzia relatórios acerca das atividades políticas e sindicais de seus operários no final da década de 1970 e enviava às autoridades policiais. Os documentos atestando essa colaboração foram depositados no APM. Há significativo potencial para a descoberta de novas relações entre empresas e a repressão nos arquivos policiais estaduais, com documentos sobre as chamadas “listas sujas”, que circulavam entre as empresas e que traziam nomes de trabalhadores combativos cuja contratação era inibida, além de outras empresas que podem ter cooperado com as práticas repressivas do regime.

Outro acervo público com potencial para pesquisas acerca da ordem empresarial instituída durante a ditadura brasileira é o Arquivo Nacional. Em Brasília, a sede local da instituição, que abarca os documentos públicos federais produzidos após a mudança da capital, em 1960, dispõe do acervo *Memória Reveladas*, com documentos específicos sobre o período da ditadura. No estabelecimento é possível travar contato com documentos dos ministérios e do sistema de espionagem da ditadura, no fundo

específico do Serviço Nacional de Informações. A pesquisa de Adriana Gomes Santos e Antonio Fernandes Neto (2020) usou fontes disponíveis no acervo para atestar o envolvimento da Companhia Docas de Santos com a repressão sobre sindicatos e trabalhadores vinculados à empresa.

Um campo aberto para estudos e que pode ter um potencial é o dos arquivos que trazem documentos e testemunhos da memória dos trabalhadores e dos sindicatos. Assim, instituições como o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), O Arquivo do Movimento Operário do Estado do Rio de Janeiro (Amorj) e o Centro de Documentação e Imagem da UFRRJ (Cedim) trazem conjuntos documentais sobre a ação dos trabalhadores durante a ditadura e podem conter informações relevantes sobre a participação de empresas na repressão a esses agentes, bem como outros fenômenos diversos envolvendo a relação entre as classes sociais e a ditadura. O trabalho de Santos e Fernandes Neto (2020) trabalha com entrevistas feitas aos trabalhadores e documentos produzidos por sindicatos, denotando potencial desses acervos para o avanço das pesquisas nesse tema. Além disso, as fontes mantidas pelo Ministério do Trabalho podem ajudar a conhecer a participação de empresas no mau trato de operário durante a ditadura, bem como nos significativos acidentes de trabalho ocorridos no período (SILVA, 2019).

Um caminho trilhado por alguns historiadores e que tem tido um resultado muito importante diz respeito à consulta de documentos mantidos em arquivos e acervos no exterior. Nesse tocante, vale a regra repetida em vários trabalhos de que muitas vezes para conhecer melhor o Brasil e a sua história, é importante consultar fontes mantidas por organismos fora do país. No caso do empresariado, isso é importante especialmente para o estudo da atuação das empresas multinacionais, estrangeiras e as domésticas associadas ao capital internacional. Dessa forma, muitos avanços foram verificados sobre o assunto, com significativas teias e relações em nível internacional estabelecidas entre empresários de diferentes países, além da ação de grupos econômicos forâneos sobre o aparelho estatal brasileiro. São exemplos disso a pesquisa de Dreifuss (1986), Spohr (2016), Silva (2020) e Lemos (2018).

Por fim, um conjunto de materiais e documentos que têm ganhado destaque recentemente são os acervos digitais mantidos na rede mundial de computadores. Assim, portais eletrônicos como *Memórias da Ditadura*², *Documentos Revelados*³ e *História da Ditadura*⁴ abrigam documentos, entrevistas, matérias jornalísticas, artigos, produção acadêmica, dentre outros materiais úteis para pesquisa sobre aquele período histórico.

Cabe agora verificar alguns métodos de pesquisa correntes utilizados pelos autores da historiografia da ação empresarial na ditadura brasileira.

Métodos de pesquisa

As pesquisas realizadas acerca do envolvimento do empresariado com a ditadura no Brasil assumem diferentes abordagens teóricas e metodológicas. A maior parte dos estudiosos dedicados ao tema são historiadores de formação, mas já visitaram a questão jornalistas, sociólogos, cientistas políticos, administradores de empresas e economistas. A historiografia sobre o tema é diversa e foram feitos alguns balanços recentes sobre a produção analítica acerca da ditadura no Brasil, sob um viés crítico, que denunciou o revisionismo e as posturas conservadoras por parte de certos pesquisadores e grupos de pesquisa (MELO, 2014; MELO; SENA; CALIL, 2017).

Apesar da diversidade de abordagem sobre o tema, quando o assunto é a interface do empresariado com o golpe de Estado de 1964 e a ditadura civil-militar brasileira, o trabalho de René Armand Dreifuss (1981) guarda o lugar de um marco e referência no assunto. Assim, a obra de Dreifuss ousou não só pelo manuseio do material primário do Ipes, encontrado pelo pesquisador. O seu livro também serviu de modelo no que tange ao método empregado. Bebendo em várias matrizes teóricas e linhas historiográficas, ao estudar o empresariado o autor sustentou em boa medida suas premissas teóricas a partir das reflexões cristalizadas no âmbito do materialismo

² Disponível no endereço <http://memoriasdaditadura.org.br/> . Acesso em 8 de maio de 2020.

³ Disponível no endereço <https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/> . Acesso em 8 de maio de 2020.

⁴ Disponível no endereço <https://www.historiadaditadura.com.br/> . Acesso em 8 de maio de 2020.

histórico e, em particular, nas formulações do pensador marxista italiano Antonio Gramsci acerca da natureza do Estado.

Em seu livro, Dreifuss (1981) analisa a conformação do empresariado brasileiro, suas formas de organização, articulação com o capital internacional e com os oficiais militares da Escola Superior de Guerra e como, no interior do Ipes, eles organizavam suas ideias, propostas, concepções de mundo e ideologias no sentido de elaborar projetos de reestruturação do Estado e de políticas públicas. Ali havia alguns empresários que assumiam uma posição de liderança em relação aos demais e estavam também os seus intelectuais orgânicos, agentes de dentro ou identificados ao empresariado que organizavam as ideias da classe e davam direção ao grupo. Dreifuss finaliza o livro indicando como no primeiro governo da ditadura - sob a liderança do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) - vários agentes que compunham o Ipes foram elevados a cargos-chave no aparelho de Estado e várias propostas elaboradas no âmbito do Ipes foram implementadas na forma de política estatal, como, por exemplo, a criação do Banco Central, dentre várias outras.

Dessa forma, a obra de Dreifuss, dada a sua força, impacto e poderoso poder explicativo sobre o golpe, acabou se tornando uma referência nos estudos sobre o empresariado e sua relação com o golpe e a ditadura. A leitura do episódio de 1964 enquanto um golpe de classe influenciou e inspirou diversos outros pesquisadores que se debruçaram sobre esse e outros temas a usar o aparato teórico e conceitual lastreado no materialismo histórico e nas reflexões acerca do Estado formuladas por Gramsci.

O método do Estado ampliado foi usado na pesquisa de Dreifuss e foi conduzido por diversos outros autores, de forma subsidiária às reflexões e pesquisas de Sonia Regina de Mendonça e Dreifuss. Mendonça explica que essa ferramenta metodológica (2014) consiste na investigação prévia das classes sociais e suas formas organizativas no âmbito da sociedade civil antes da abordagem do Estado e das políticas públicas. Assim, diversos pesquisadores se debruçaram sobre as formas organizativas das classes sociais, tanto as subalternas, como o empresariado, e perceberam a natureza de

classe do Estado brasileiro e de suas políticas em perspectiva histórica, em particular no período da ditadura.

O método de trabalho vem sendo empregado sobretudo no estudo acerca das frações e organizações da classe dominante, tendo em vista que o estudo sobre as classes subalternas recorre mais a outros autores, como a obra de Edward Palmer Thompson, dentre outras diversas referências teóricas. Assim, numerosas pesquisas vêm sendo conduzidas por estudiosos acadêmicos nas últimas décadas no Brasil acerca da classe dominante agrária brasileira durante a ditadura, sobre o empresariado do setor bancário e financeiro no mesmo período, sobre os diferentes grupos e setores que compõem o empresariado industrial do país, acerca dos agentes que compõem o empresariado associado ao capital internacional e também os magnatas que controlam os meios de comunicação e outros setores da economia brasileira. Essa agenda de pesquisas sobre a classe dominante brasileira e sua atuação durante o período da ditadura tem avançado bastante ultimamente, mas há ainda algumas lacunas e frentes por avançar.

Por fim, é importante frisar um aspecto da ditadura brasileira, principalmente quando comparada com a congênere chilena, iniciada nove anos depois, e a argentina, encetada 12 anos após o golpe de 1964. Ao contrário em especial da argentina, a ditadura brasileira não teve, conforme bem indica Eduardo Basualdo (2013) a marca de inaugurar um novo padrão de acumulação centrado na valorização financeira. Diferente daquele regime político, a ditadura brasileira reforçou o modelo desenvolvimentista, industrializante e dedicado sobretudo ao mercado interno, vigente no país desde os anos 1930. Assim, ao longo do regime, ocorreu, por exemplo, o chamado "milagre econômico", período de seis anos no qual do produto interno bruto brasileiro cresceu anualmente a taxas superiores a dois dígitos. Dessa forma, o empresariado do segmento industrial foi fortalecido, apesar de haver avanço e desenvolvimento também das frações que aplicavam seus ativos principalmente no segmento bancário e financeiro e também a que possuía propriedades rurais e atuavam na produção agropecuária. De qualquer forma, é importante ressaltar essa

particularidade da ditadura brasileira, pois isso implica em diferenças no estudo da classe dominante no país quando comparada aos casos chileno e argentino.

A historiografia sobre a atuação empresarial na ditadura brasileira:

No Brasil, já está disponível uma vasta produção a respeito do tema. Em certa orientação, o já citado trabalho fundamental que inaugurou esse campo de estudos foi o do cientista político uruguaio René Armand Dreifuss, que defendeu a tese de doutorado *State, class and the organic elite: the formation of an entrepreneurial order in Brazil – 1961-1965* na Universidade de Glasgow em 1980, traduzida e publicada no Brasil no ano seguinte. Essa obra é fundamental nos estudos sobre o empresariado na ditadura brasileira, tendo em vista seus aportes teóricos, analíticos em termos de dados e fontes encontradas, constituindo uma referência para o conjunto de autores responsáveis pelo presente livro. A partir do acesso à documentação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), depositada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, e de uma base teórica constituída pelas reflexões e conceitos formulados por autores como Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas, Dreifuss estabeleceu uma análise da ação empresarial que precedeu e atuou no golpe de Estado de 1964 no Brasil, verificando o significativo papel que esses agentes desempenharam para desestabilizar o governo João Goulart e derrubar a democracia liberal no país. Ele notou como o Ipes, mais do que simplesmente um centro conspirador para a tomada do poder, operou também como um polo formulador de ideologia e projetos de reformulação e modernização do Estado capitalista brasileiro, além de desenvolver diretrizes e elementos para políticas estatais que vieram a ser implementadas, em todo ou em parte, após o golpe. Mais do que simplesmente um apoio, o empresariado – em particular o internacional e o associado ao capital estrangeiro, organizado no Ipes, no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e envolvido com a Escola Superior de Guerra (ESG) – participou ativamente da conquista do Estado em 1964, dando ao golpe um notório perfil de classe e criando as condições para a formação de uma ordem empresarial no Brasil pós-

1964. Assim, essa classe social esteve presente de forma fundamental, associada aos oficiais militares e outros agentes sociais, no golpe de 1964 e nos governos que lhe deram sequência, permitindo-nos alcunhar o regime inaugurado a partir da tomada do Estado como uma ditadura empresarial-militar. Assim afirmou o autor:

O novo Estado estabelecido em 1964 agiu, não só em nome do bloco de poder financeiro-industrial multinacional e associado, mas também sob o comando do bloco de poder vigente organizado pelo Ipes. O Estado de 1964 era de fato um Estado classista e, acima de tudo, governado por um bloco de poder. [...] Em suma, o Ipes representava, de forma orgânica, o poder dos interesses multinacionais e associados com uma visão estratégica que transcendia interesses restritos de companhias específicas ou de grupos sociais e capaz de formular diretrizes políticas que beneficiavam todo o bloco. (DREIFUSS, 1981, p. 488 – grifo nosso)

Dessa forma, é possível perceber como Dreifuss dota o golpe de 1964 de perfil de classe. Na nossa concepção, também a ditadura se marcou por esse perfil empresarial-militar típico da tomada do poder ocorrida em 1964. Dreifuss desenvolveu uma análise bastante abrangente acerca do empenho do empresariado no golpe.⁵

Antes mesmo de Dreifuss, outros autores já haviam chamado a atenção para a participação de empresários no processo de derrubada do governo Goulart, apontando a participação do capital multinacional nesse processo, como no livro de Edmar Morel (2014 [1965]), um jornalista que denunciou interesses estrangeiros envolvidos no golpe. Em formato também de denúncia, Moniz Bandeira (1975) chama a atenção para os capitais estrangeiros presentes no país e seu envolvimento com empresários brasileiros ao longo da ditadura.

Entre os autores acadêmicos que analisaram a atuação empresarial na ditadura ao longo de sua vigência, despontam autores dos campos das Ciências Sociais e Econômicas. Dessa forma, uma série de publicações lançadas ao longo do regime problematizou essa relação, como os livros de Octavio Ianni (1971; 1981), que assinalam o favorecimento da burguesia de grande porte, internacional e doméstica

⁵ Sobre a obra de Dreifuss, ver, dentre outros, MELO; HOEVELER, 2014.

através das políticas implementadas ao longo da ditadura. Fernando Henrique Cardoso (1964; 1972) publicou uma série de ensaios nos quais indicava um empresariado teoricamente pouco afeito à participação política ou aderente às causas democráticas, além de desenvolver conceitos como o de anéis burocrático-empresariais. Luciano Martins (1968) e Maria Antonieta Leopoldi (2000) desenvolveram pesquisas sobre o empresariado industrial, suas formas de organização e ação política no período. Outro autor que se dedicou ao tema foi Renato Raul Boschi (1979), que desenvolveu entrevistas com empresários e problematizou em específico a ação dos capitalistas da área da indústria pesada, em especial durante o governo Geisel. Sebastião Velasco e Cruz (1995) analisou a atuação empresarial em meio ao período da transição política, enfatizando a campanha “contra a estatização da economia” e a adesão paulatina desses agentes às ideias liberais em ascenso ao longo dos anos 70 e 80. Carlos Lessa (1988) também analisou o governo Geisel, problematizando a sua política econômica, relacionando-a à posição dos empresários e de suas associações, o que acabou por contribuir com o estudo sobre essa fração social naquele momento histórico. Por fim, o já mencionado Ary Minella (1988) desenvolveu excelente tese de doutorado na Unam (Universidad Autónoma do México) acerca de uma fração específica dos empresários, os banqueiros, enfatizando suas entidades associativas e atuação política durante o período da ditadura.

Após o processo de transição política, o tema da atuação empresarial no golpe de 1964 e na ditadura tem sido crescentemente abordado por historiadores, sem prejuízo da análise feita ainda por economistas, cientistas sociais, cientistas políticos, administradores de empresas, jornalistas etc. Houve pesquisas que foram desenvolvidas sobre o tema nos anos 90 e na primeira década do século XXI. No entanto, o assunto ganhou bastante força na década seguinte, em meio às mobilizações em torno da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a formação de várias comissões similares em nível estadual, municipal, empresarial e institucional. Com isso e com o apoio oficial a pesquisas sobre o tema, vários estudos novos foram estabelecidos sobre a ditadura, sendo alguns deles direcionados à interface entre empresariado e o regime.

Dessa forma, em perspectivas diversas, o houve significativo avanço do conhecimento acerca da atuação empresarial em meio à ditadura brasileira.

No que tange mesmo ao golpe de 1964 e ao Ipes, novos estudos foram feitos nas últimas décadas no rastro direto da pesquisa realizada por Dreifuss. Assim, em Minas Gerais, a historiadora Heloisa Starling (1986) analisou a participação dos empresários e do Ipes local no golpe de 1964, dando conhecimento mais amplo sobre a atuação do instituto no estado, tendo em vista que o estudo de Dreifuss acabou se detendo muito sobre as ações do Ipes do Rio de Janeiro. Acerca dos filmes do Ipes, a jornalista Denise Assis (2001) desenvolveu dissertação de mestrado na qual problematizou a produção audiovisual do instituto e problematizou a difusão ideológica do órgão a partir dos curta-metragens por ele concebidos.

Em período mais recente, a historiadora Martina Spohr (2010) desenvolveu em sua dissertação de mestrado um estudo sobre as publicações do Ipes, traçando uma análise da produção bibliográfica dos agentes relacionados ao instituto antes do golpe de 1964. Elaine Bortone (2013) analisou a participação dos integrantes do instituto no projeto de reforma administrativa aplicado durante o governo Castello Branco (1964-1967), analisando a concepção prévia dessa proposta no bojo das discussões e debates tido no interior do instituto antes do golpe de 1964. Outras pesquisas foram desenvolvidas sobre o Ipes, com ênfase sobre as atividades regionais e locais do instituto, bem como sobre as ações do órgão em áreas como habitação, política econômica e educação, como é o caso do livro de Souza (1981).

No que diz respeito às atividades do empresariado industrial, o economista Rafael Moraes (2018; 2020) desenvolveu estudos sobre a ação da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e do empresariado industrial durante o Paeg (Plano de Ação Econômica do Governo), do governo Castelo Branco (1964-1967), e também durante o II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento), aplicado durante a gestão Ernesto Geisel (1974-1979). Também com ênfase sobre o empresariado industrial paulista, o historiador Felipe Loureiro (2017; 2019) trabalhou a atuação desses agentes durante o governo Goulart em sua tese de doutorado e, mais recentemente, tem se

debruçado sobre a movimentação dos mesmos em meio à transição dos governos Castello (1964-1967) e Costa e Silva (1967-1969), acessando, para isso, documentos disponibilizados publicamente pela ACSP (Associação Comercial de São Paulo).

Sobre o empresariado do setor bancário e financeiro, vários outros pesquisadores seguiram o caminho deixado por Ary Minella e desenvolveram pesquisas sobre a atuação desses agentes durante o período da ditadura. O próprio Minella (2018) atualizou os seus estudos e, além de desenvolver textos sobre as novas formas de organização do capital bancário em nível transnacional no pós-ditadura, recentemente retomou a temática da ação dos banqueiros no regime empresarial-militar brasileiro, verificando articulações com outros ramos da burguesia, tendo em vista as pesquisas realizadas recentemente. Rafael Brandão (2017) tem se voltado para a trajetória dos troncos familiares que deram origem aos maiores bancos brasileiros, chamando a atenção para a importância da ditadura para o processo de fortalecimento desses grupos econômicos e favorecimento do grande capital do setor mediante as políticas públicas aplicadas no período. José Pedro Macarini (2007) analisou em artigo as políticas de conglomeração bancária ao longo da ditadura, notando a centralização de capital no setor como efeito das políticas desenvolvidas pela ditadura, o que redundou na formação de grandes grupos bancários nacionais e estrangeiros no período. Por fim, Briso Neto (2008) analisou a política de reformulação do sistema financeiro nacional à luz das proposições prévias estabelecidas pelos agentes empresariais no interior do Ipes, notando muitas semelhanças entre as diretrizes e nortes traçados no interior do instituto e as medidas e políticas aplicadas para o setor já no primeiro governo da ditadura.

Outro ramo específico do empresariado bastante estudado é o que diz respeito ao patronato rural brasileiro. Trata-se de um setor que sentiu muitos impactos pelas políticas aplicadas durante o período da ditadura e que teve uma atuação importante no golpe de 1964 e ao longo do regime, em meio ao processo de definição das políticas estatais, com um modelo de modernização autoritária e excludente do campo brasileiro. Assim, Sonia Regina de Mendonça (2006; 2010) desenvolveu estudos sobre

os empresários do setor, enfatizando as organizações mantidas por esses agentes no âmbito da sociedade civil, a formação de uma cultura própria por essas entidades, suas disputas e como essas associações pautavam as políticas públicas para o agro brasileiro naquele período. Regina Bruno (2009) também se debruçou sobre a burguesia rural brasileira, assinalando seu associativismo a intensa atuação no debate público e em ambientes como o parlamento e a imprensa. A cientista social Leonilde Sérvolo (2018) problematizou os impactos das políticas agrárias implementadas durante a ditadura brasileira sobre o campo e os trabalhadores rurais, analisando casos de repressão a camponeses, êxodo rural, bem como outros fenômenos.

No setor de comunicações, a historiadora Carla Silva (2005) analisou as ações de empresários no processo de modernização da imprensa brasileira durante a ditadura, notando a forte influência estrangeira e todo um conjunto de padrões de qualidade que vieram de fora naquele período. Dois orientandos seus desenvolveram estudos interessantes sobre grupos empresariais específicos. Assim, Edina Rautenberg (2013) analisou as ações da Veja e da família Civita ao longo do regime, problematizando o acompanhamento das grandes obras desenvolvidas naquela época. Já Gervásio Cezar (2011) tratou do grupo Visão e da ação de Henry Maksoud nos anos 70, problematizando suas ações políticas no período. Sem relação direta com esse grupo, João Braga Arêas (2015) desenvolveu tese de doutorado sobre a trajetória do grupo Globo/Marinho, notando, dentre outros aspectos, a intensa ligação do grupo econômico com a ditadura brasileira.

No que tange ao empresariado do segmento da construção civil e infraestrutura, Pedro Campos (2014) defendeu tese de doutorado analisando a atuação dos empreiteiros de obras públicas durante a ditadura brasileira, enfatizando a trajetória das empresas, suas instâncias organizativas, atuação junto ao aparelho de Estado e favorecimento mediante as políticas públicas no período. Já Marco Marques Pestana (2018) tratou das formas associativas do empresariado da construção habitacional urbana e sua relação com a política de remoção de favelas na cidade do Rio de Janeiro antes e depois do golpe de 1964. Ana Carolina Reginatto Moraes (2019) desenvolveu

recente tese de doutorado sobre os empresários do setor da mineração e suas atividades em meio à ditadura, notando o significativo crescimento do setor, principalmente com os grandes projetos estatais e do capital estrangeiro implementados naquele período.

A respeito das conexões internacionais do empresariado brasileiro e da presença do capital estrangeiro no país em meio ao golpe de 1964 e a ditadura, muitos estudos têm sido desenvolvidos recentemente. Em uma escala comparativa, Hernán Ramírez (2017) analisou a atuação do Ipes no golpe de 1964 e as articulações semelhantes da Fiel (Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas) e da Fundación Mediterránea na Argentina em meio ao golpe e à ditadura no país (1976-1983). Já Martina Spohr (2016), em sua tese de doutorado, analisou o papel da Aliança para o Progresso na interlocução entre empresários norte-americanos e brasileiros e na exportação de um modelo de negócios vindo ao Brasil a partir daquele país no início da década de 1960. Por fim, Elaine Bortone (2018), em seu estudo de doutorado, tratou da indústria farmacêutica ao longo da ditadura, com intensa presença de capital estrangeiro, atentando também para o preenchimento de cargos nas empresas estatais por agentes do Ipes após o golpe e as tensões e contradições que marcaram a transição dos governos Castelo Branco (1964-1967) e Costa e Silva (1967-1969). Vicente Gil da Silva (2020) mostra a ação estratégica do empresariado transacional e do Estado norte-americano na produção da contrarrevolução na América Latina e traz documentos e dados bastante interessantes sobre as movimentações de empresários dos EUA e brasileiros nesse processo.

Sobre a relação entre empresários e militares durante a ditadura, Renato Lemos (2017) vem desenvolvendo há alguns anos uma pesquisa mostrando a aproximação entre esses agentes, principalmente os empresários do ramo fabril paulista com os oficiais do Exército sediado naquele estado, envolvidos na montagem de uma espécie de complexo industrial-militar brasileiro durante a ditadura que rendeu diversos frutos. A dissertação de mestrado de Matheus Santana (2018) indicou a inserção de interesses empresariais no interior da ESG, permitindo a escalada política dos mesmos durante a

ditadura, o que redundou na realização de projetos econômicos por parte desses agentes. Já Cláudio Beserra de Vasconcelos desenvolve em texto recente (2020) como a ESG operou como um ambiente no qual foram produzidas propostas de reformulação do Estado brasileiro, de perfil burguês, pró-capitalista e anticomunista, para além da já conhecida formulação da doutrina de segurança nacional e desenvolvimento, sendo que a entidade é parte integrante da elite orgânica e de sua produção ideológica.

No que diz respeito à participação de empresas e empresários no processo de repressão aos trabalhadores, alguns estudos recentes foram desenvolvidos. Assim, o jornalista Jorge José de Melo (2012) desenvolveu uma dissertação de mestrado em História sobre a atuação de Henning Boilesen, dirigente da empresa Ultragás envolvido com a Operação Bandeirantes e justicado por agentes da luta armada brasileira em 1971. O administrador Marcelo Almeida Carvalho Silva (2018) analisou a atuação da Volkswagen, sua relação com a ditadura e o envolvimento com a repressão aos seus operários em meio ao “milagre” econômico.

Essas são algumas pesquisas desenvolvidas recentemente. Não se trata aqui de um retrato completo ou mesmo exaustivo de todos os estudos que foram e vêm sendo desenvolvidos sobre a relação do empresariado com a ditadura, mas o apontamento de alguns casos mais conhecidos e que ilustram um pouco do estado da arte atual e como houve um avanço significativo no conhecimento sobre o tema nos últimos dez anos.

Conclusão – longo caminho percorrido e muito ainda a se estudar

O tema da pesquisa sobre a atuação empresarial na ditadura brasileira avançou muito nos últimos anos. Assim, hoje existem – ou existiram – importantes grupos dedicados ao tema ou a temáticas próximas, como é o caso da Rede Internacional Processos Repressivos, Empresas, Trabalhadores/as e sindicatos na América Latina, formada em 2018 e Buenos Aires e que reúne pesquisadores e grupos de trabalho de diferentes países; o Grupo de Trabalho Empresariado e Ditadura no Brasil, formado em 2017 no Rio de Janeiro e que abrange investigadores dedicados ao tema; o Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP), sediado em São Paulo, ligado aos

sindicatos e ao Centro de Estudos sobre a História da América Latina (Cehal), da PUC-SP, mais dedicado ao processo de reparação dos trabalhadores vitimados pela política de terrorismo de Estado apoiada pelas empresas durante a ditadura.

Ao longo deste texto, tentamos indicar os principais acervos de fontes primárias utilizados nas pesquisas acerca da atuação do empresariado na ditadura brasileira. Além disso, verificamos alguns métodos comuns nas pesquisas nesse campo, bem como fizemos um breve balanço historiográfico da produção já concebida sobre o tema. Com isso, podemos perceber como o tema é crescentemente objeto de pesquisas realizadas recentemente e o conhecimento sobre o assunto avançou muito nos últimos anos. Com isso, é possível perceber melhor os meandros do perfil classista do regime instituído no país com o golpe de Estado de 1964, qualificando o conhecimento sobre os beneficiários e constituintes da ditadura brasileira.

No entanto, essas pesquisas não têm saciado ou esgotado o assunto. Pelo contrário, fenômenos como a colaboração da Volkswagen e da Fiat com a repressão parecem figurar como uma espécie de ponto do *iceberg* no que diz respeito à cooperação empresarial com as forças repressivas durante a ditadura brasileira. Isso porque há indícios de que várias outras empresas colaboraram com o regime e a sua política de terrorismo de Estado. Além disso, por mais que haja pesquisas importantes sobre determinados setores da economia brasileira e dos empresários específicos desses nichos, como no caso dos banqueiros, há outros ramos menos estudados, mesmo que muito importantes, como é o caso da indústria automobilística, da indústria naval, dentre outros segmentos. Por fim, por mais que as organizações dos empresários tenham sido alvos de investigações relevantes recentemente, há algumas ainda a respeito das quais pouco se sabe, a despeito da sua importância. Esse é o caso da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos (AmCham), da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), dentre outros.

Dessa forma, cabe saudar os avanços coligidos no processo de estudo sobre o empresariado brasileiro durante a ditadura e convocar as e os jovens pesquisadoras/es

para enfrentarem esses temas, de modo que a gente possa compreender melhor os meandros da ordem empresarial instituída durante a ditadura civil-militar brasileira.

Referências

AEERJ (Associação de Empreiteiros do Estado do Rio de Janeiro). **AEERJ 30 Anos: 30 anos de obras públicas no Rio de Janeiro (1975-2005)**. Rio de Janeiro: AEERJ, 2005.

ARÊAS, João Braga. **As Batalhas de O Globo: ditadura militar, Lula x Collor, privatizações e a vitória do PT em 2002**. Curitiba: Prismas, 2015.

ASSIS, Denise. "Boletins reservados do exército vinculam empresas à política de segurança nacional". Matéria produzida para o portal eletrônico Brasil 247 no dia 8 de abril de 2019. Disponível no endereço: <https://www.brasil247.com/blog/boletins-reservados-do-exercito-vinculam-empresas-a-politica-de-seguranca-nacional> . Acesso em 9 de março de 2020.

ASSIS, Denise. **Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe: 1962-1964**. Rio de Janeiro: Mauad / Faperj, 2001.

ASSIS, José Carlos de. **A Chave do Tesouro: anatomia dos escândalos financeiros; Brasil, 1974-1983**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ASSIS, José Carlos de. **A Dupla Face da Corrupção**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ASSIS, José Carlos de. **Os Mandarins da República: anatomia dos escândalos da administração pública (1968-1984)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.(1984A)

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Cartéis e Desnacionalização: a experiência brasileira, 1964-74**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BASUALDO, Eduardo M. "La macroeconomía de la dictadura". In: VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (org.). **Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a Ditadura Empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)*. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

BORTONE, Elaine de Almeida. "O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) na construção da reforma do Estado autoritário (1964-1968)". **Outros Tempos**. Vol. 11, 2014. p. 271-281.

BORTONE, Elaine de Almeida. **A Participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) na Construção da Reforma Administrativa na Ditadura Civil-militar (1964-1968)**. Mestrado em Administração. Niterói: UFF, 2013.

BOSCHI, Renato Raul. **Elites Industriais e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. "Os Moreira Salles, os Setúbal e os Villela: finanças e poder no Brasil. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. **Os Donos do Capital**: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 271-314.

BRISO NETO, Joaquim Luiz Pereira. **O Conservadorismo em Construção**: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e as reformas financeiras da ditadura militar (1961-1966). Dissertação de mestrado em Economia. Campinas: Unicamp, 2008.

BRUNO, Regina Angela Landim. **Um Brasil Ambivalente**: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro / Seropédica: Mauad X / Edur, 2009.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **"Estranhas Catedrais"**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. Estado e sociedade. **Cadernos Cebrap**. São Paulo: Cebrap, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios**. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1972.

CEZAR Junior, Gervasio **Revista Visão**: construção, organização e difusão do projeto neoliberal no Brasil na década de 1970. Dissertação de mestrado em História. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2011.

CLUBE de Engenharia. **Revista do Clube de Engenharia**. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1887-1989.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. **Empresariado e Estado na Transição Brasileira**: um estudo sobre a economia política do autoritarismo, 1974-1977. Campinas / São Paulo: EdUnicamp / Fapesp, 1995.

DODT, Stefanie; ADERS, Thomas. **Cúmplices?** - A Volkswagen e a ditadura militar no Brasil. Filme. Alemanha: 2017. 44 minutos.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981 [1981].

DREIFUSS, René Armand. **A Internacional Capitalista**: estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1918-1986. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3: Maquiavel; Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 [1932-1934].

IANNI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

JORNAL O Globo.

LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e. O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro. *In*: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **Estado e Formas de Dominação no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 33-66.

LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e. "O Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós-64". *In*: BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; MARTINS, Monica de Souza Nunes (org.). **Política Econômica nos Anos de Chumbo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 71-102.

LESSA, Carlos Luiz. **Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso**. Brasília: Funcep, 1988.

LITEWSKI, Chaim (direção). **Cidadão Boilesen**. Filme. Brasil: 2009. 92 minutos.

LOUREIRO, Felipe Pereira. "O empresariado paulista e a política econômica do governo Castelo Branco (1964-1967)". *In*: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). **Dimensões do Empresariado Brasileiro: história, organizações e ação política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, 207-228.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **Empresários, Trabalhadores e Grupos de Interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964**. São Paulo: Edunesp, 2017.

MACARINI, José Pedro. A política bancária do regime militar: o projeto de conglomerado (1967-1973). **Economia e Sociedade** (Unicamp), v. 16, 2007, p. 343-369.

MARTINS, Luciano. **Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Ditadura, Conflito e Repressão no Campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. "Governos militares e trabalhadores do campo: políticas públicas, modernização e mudança social". *In*: BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; MARTINS, Monica de Souza Nunes (org.). **Política Econômica nos Anos de Chumbo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 159-184.

MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, Demian Bezerra de; HOEVELER, Rejane Carolina. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. **Tempos Históricos**, v. 18, p. 13-43, 2014.

MELO, Demian Bezerra de; SENA Júnior, Carlos Zacarias de; CALIL, Gilberto Grassi (org.). **Contribuição à Crítica da Historiografia Revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

- MELO, Jorge José de. **Boilesen, um Empresário da Ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes**. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2012.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **A Classe Dominante Agrária: natureza e comportamento, 1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. "O Estado ampliado como ferramenta metodológica". **Marx e Marxismo**. Vol. 2, no 2, jan/jul de 2014, p. 1-17.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MINELLA, Ary Cesar. Bancos, banqueiros e grupos financeiros na América Latina: uma narrativa. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). **Dimensões do Empresariado Brasileiro: história, organizações e ação política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 23-63.
- MINELLA, Ary Cesar. Bancos e banqueiros durante os 'anos de chumbo'. In: BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; MARTINS, Monica de Souza Nunes (org.). **Política Econômica nos Anos de Chumbo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 103-131.
- MINELLA, Ary Cesar. **Banqueiros: organização e poder político no Brasil**. Rio de Janeiro / São Paulo: Espaço e Tempo / Anpocs, 1988.
- MORAES, Ana Carolina Reginatto. **A ditadura empresarial-militar e as mineradoras (1964-1988)**. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.
- MORAES, Rafael. **Os Governos João Goulart e Castello Branco vistos pela Fiesp: uma análise da relação entre o Estado e o empresariado industrial**. Dissertação de mestrado em Economia. Porto Alegre: UFRGS, 2010.
- MORAES, Rafael. **O Canto do Cisne do Desenvolvimentismo Brasileiro: uma análise das relações do empresariado industrial com o Estado do II PND à crise dos anos 1980**. Tese de doutorado em Desenvolvimento Econômico. Campinas: Unicamp, 2018.
- MORAES, Rafael. "O governo Castello Branco e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: as bases do 'milagre' (1964-1967)". **América Latina en la Historia Económica**. Vol. 23, no 2, maio-agosto de 2016. México: Unam, 2016, p. 64-90.
- MOREL, Edmar. **O Golpe Começou em Washington**. 2ª ed. Jundiaí: Paco, 2014 [1965].
- ODEBRECHT Informa. Informativo da Construtora Norberto Odebrecht. Salvador: CNO, 1973-.
- O GLOBO. **Jornal O Globo**. Edições de 11 e 12 de fevereiro de 2018.

- PESTANA, Marco Marques. **Complexificação da Sociedade Civil e Ampliação Seletiva do Estado Brasileiro**: o caso do programa de remoções de favelas no Rio de Janeiro, 1957-1973. Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2018.
- RAMÍREZ, Hernan. **Corporaciones en el Poder**: institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina; IPES, FIEL y Fundación Mediterránea. San Isidoro: Lenguaje Claro, 2007.
- RAUTENBERG, Edina. **A Revista Veja e as Empresas da Construção Civil (1968-1978)**. Dissertação de mestrado em História. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2013.
- QUINTELLA, Wilson. **Memórias do Brasil Grande**: a história das maiores obras do país dos homens que as fizeram. São Paulo: Saraiva / Vigília, 2008.
- SANTANA, Matheus Santos. **O Massacre de Manguinhos**: segurança nacional, desenvolvimento econômico e o campo científico da saúde na ditadura civil-militar, 1964-1971. Dissertação de mestrado em Economia Política Internacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.
- SANTOS, Adriana Gomes; FERNANDES Neto, Antonio. **Cia. Docas de Santos**: eternamente em berço esplêndido; responsabilidade empresarial na repressão aos trabalhadores da Baixada Santista. São Paulo: s/e, 2020 – no prelo.
- SICEPOT-MG. **Rumo ao Futuro**: a construção pesada e o desenvolvimento de Minas. Belo Horizonte: Sicepot-MG, 2005.
- SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **Corpos para o Capital**: acidentes de trabalho, precarização e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Jundiaí: Paco, 2019.
- SILVA, Carla Luciana. Imprensa e Ditadura militar. **Revista História & Luta de Classes**, v. 1, 2005, p. 54-65.
- SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. **As Práticas de Normalização da Violência Utilizadas Pela Volkswagen do Brasil Durante a Ditadura Militar Brasileira**. Tese de doutoramento em Administração de Empresas. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018.
- SILVA, Vicente Gil da. **Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil**: atores e articulações transnacionais. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020.
- SINDICATO Nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON). **Informe SINICON**. Rio de Janeiro: SINICON, 1984-1986.
- SINICESP. **A Saga da Construção Pesada em São Paulo**. Vinhedo, SP: Avis brasilis, 2008.
- SINICON. **Dois Brasis**: o que a infraestrutura está mudando. Cotia, SP: Eolis Produções Culturais, 2009.
- SOUZA, Maria Inês Salgado de. **Os Empresários e a Educação**: o Ipes e a política educacional após 1964. Petrópolis: Vozes, 1981.

SPOHR, Martina. **American Way of Business**: o empresariado brasileiro e norte-americano no golpe empresarial-militar de 1964. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

SPOHR, Martina. **Páginas Golpistas**: anticomunismo e democracia no projeto editorial do Ipes (1961-1964). Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2010.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os Senhores das Gerais**: os novos inconfidentes e o golpe de 64. Petrópolis: Vozes, 1986.

THE INTERCEPT. “145 espões: o aparelho clandestino da espionagem que enriqueceu a Fiat no Brasil”. Reportagem de Janaina Cezar, Pedro Grossi, Alessia Cerantola e Leandro Demori publicada em 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/02/25/espionagem-enriqueceu-fiat-brasil/> . Acesso em 9 de março de 2020.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os tecnoempresários, a ESG e a ditadura brasileira. In: LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). **Empresariado e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p. 211-223 (no prelo)

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **A Administração do “Milagre”**: o Conselho Monetário Nacional, 1964-1974. Petrópolis: Vozes, 1987.

Enviado em: 09.05.2020

Aceito em: 28.06.2020